

COMÉRCIO EXTERNO

A análise do comércio externo da Guiné esbarra na realidade nua e crua do carácter agrícola e comercial como base da sua economia.

Desde os primórdios dos Descobrimentos a Guiné contribuiu para o engrandecimento do comércio externo de Portugal, numa época em que o País tinha como rendimentos as receitas dos impostos do comércio interno e ainda aduaneiras do comércio externo marítimo. Este tinha como centros geográficos externos os arquipélagos atlânticos e o Noroeste Africano.

Os produtos mais importantes que, nessa época, contribuía para o enriquecimento da economia portuguesa eram:

1- Produção da metrópole - vinho, azeite, frutas, sal e hortaliças.

2- Produções das Ilhas Atlânticas:

2.1 – do Arquipélago da Madeira – açúcar e cereais.

2.2 – do Arquipélago dos Açores – cereais, plantas tintureiras e gado.

3 – Produções do Noroeste Africano:

3.1 – do Sudão – ouro.

3.2 – de Arguim – escravos e malagueta.

No Noroeste Africano o tipo de administração comercial foi o de fortalezas e feitorias, estabelecidas desde 1440. A administração militar estava sob o comando de um capitão nas praças fortificadas, para além dos alcaides-mores sob o seu comando. A Feitoria tinha à sua frente um feitor. Mais tarde, a Feitoria seria a base económico-militar, constituída por um governador, coadjuvado pelo Feitor e ainda o Ouvidor.

A exploração económica externa, baseada no comércio e na navegação, era livre até 1443. A partir desta data, o comércio transformou-se em monopólio do Infante, embora os particulares pudessem participar com autorização, mediante o pagamento de um quinto sobre as mercadorias transportadas.

Após 1460, o monopólio do comércio marítimo ficou sob o domínio da coroa.

D. Afonso V cedeu a exploração do comércio aos particulares e D. João II fez voltar para a coroa todo o comércio da Expansão.

Os dois interpostos comerciais mais importantes na Costa Ocidental da África foram a Feitoria de Arguim e a de S. João da Mina, defendidas dos piratas por meio de fortalezas.

Os principais produtos trocados naquelas Feitorias eram o açúcar e ouro da Mina, escravos da Guiné, malagueta e marfim.

Nos séculos XVI e XVII não teria havido alterações substanciais no comércio externo da Guiné, pelo menos até acabar a mercadoria “escravos”, uma vez proibida a escravatura a partir de Dezembro de 1836, pese embora continuasse a haver tráfico clandestino. Mas foi apenas no dia 23 de Fevereiro de 1869 que Portugal determinou a libertação dos escravos em todo o território português, embora de forma gradual até 29 de Abril de 1878.

O primeiro país europeu a abolir a escravatura foi a Dinamarca; os ingleses fizeram-no em 1807 e os americanos em 1808. Portugal só em 1815 iniciou a abolição da escravatura no Brasil, através de um tratado com os ingleses, restringindo o comércio

de escravos a sul do Equador. A França iniciou o processo de libertação dos escravos no ano de 1818.

Ao longo do Século XIX, a borracha foi o principal produto das exportações, atingindo 80% destas, vindo a decair no século seguinte, devido à concorrência de outros produtos oleaginosos, o que levou a um desmotivador preço mais baixo. A borracha, extraída das *landolphias*, produzidas naturalmente, tinha também um peso grande nas exportações, assim como o coconote, a cera e os couros.

Posteriormente, a ordem de importância dos produtos variou, sendo que em 1910 aumentou a área de cultivo do amendoim, passando a ser cultivado em Buba (o que antes não acontecia), após a I Guerra Mundial, em Bafatá e no Gabú e, em 1927, no Canchungo.

A produção de borracha continuou a decair por razões de concorrência e devido às queimadas que atingiram as plantas de onde era extraída. “Ainda assim, em alguns anos, o total das exportações deste produto cresceu, salientando-se entre 1923-26 a aplicação do inglês “Plano Stevenson”, contra a concorrência de outros países”²¹.

Embora com oscilações, o coconote foi importante no comércio externo da colónia nos anos de 1910-1917, 1919 a 1923.

A produção e exportação de couros foi aumentada a partir de 1918 e, depois, entre 1922 e 1928.

A produção de arroz esteve muito sujeito à concorrência estrangeira até à I Guerra Mundial, vindo a evoluir positivamente devido aos efeitos daquela guerra no que concerne a dificuldades de transporte, passando a ser exportado, o que até então era essencialmente de consumo interno.

No final dos anos vinte, a exportação do óleo de palma voltou a subir.

Os produtos que não tiveram importância nas exportações foram a cana-de-açúcar, algodão, café, cacau e noz de cola, apesar das potencialidades do terreno para tais culturas. “Na década que se seguiu à implantação da República algumas empresas fizeram ensaios de cultivo de cana-de-açúcar. Aumentou assim a sua área, essencialmente com a finalidade do fabrico de aguardente”²².

Tal como na última década do Século XIX, o comércio externo da Guiné, nos anos sessenta do século XX, apresenta-se deficitário para a Província, devido ao volume de entradas de bens ser superior aos bens saídos para exportação, depois de um saldo positivo na década de trinta do Século XX.

Comércio Externo da Guiné

(Em contos)

Ano	Importação	Exportação	Défi ce
1911	1.303	1.220	- 83
1920	15.540	9.541	- 5.999
1930	31.386	35.831	+ 4.445
1960	321.766	125.892	- 195.874
1964	431.451	156.214	- 275.237

Pelos números do quadro acima, nota-se que, de 1960 para 1964, a diferença para mais, nas importações, suplantou a diferença, também para mais, das exportações. Este fenómeno deve-se, logicamente, às necessidades derivadas com o sucessivo

²¹ Idem

²² Idem

aumento das necessidades militares com o início da guerra de guerrilha no ano de 1963.

No ano de 1964 o valor das exportações de amendoim foi de 119.243 contos. Em 1965, foi apenas de 64.391 contos. Este produto ocupava 60% das exportações. Nos mesmos anos (1964 – 1965), a exportação de coconote foi, respectivamente, de 25.743 e 30.224 contos.

Principais Países Consumidores de Produtos da Guiné

Países	(% da exportação em 1.000 escudos)		
	1960	1964	1999
Metrópole (Portugal)	94,6	94,9	
Ultramar	1,5	0,6	
Europa	-	4,5	
Espanha			35
Itália			10
América	1,4	-	
Estados Unidos	1,4	-	
Índia			30
Tailândia			10
Outros	1,1	-	
Total	100,0	100,0	

Pelo quadro acima, verificamos que é o Continente português (na então designada Metrópole) o grande consumidor de produtos da Guiné.

Conforme o quadro abaixo, o mesmo acontece com os países fornecedores. Notamos que, no ano de 1964, a diversidade é maior.

Em 1921, a Alemanha era o país que mais navios fazia chegar à Guiné. Também era um dos maiores compradores de produtos desta colónia portuguesa (30,4% do conjunto de coconote, amendoim, cera, borracha, arroz, óleo de palma e couros).

Com a publicação do Diploma Legislativo provincial nº 380, de 20 de Setembro de 1927, foram criadas novas regras para a protecção do comércio da Guiné com outras partes de Portugal.

Principais Países Fornecedores de Produtos à Guiné

Países	(% da Importação em 1.000 escudos)			
	1900/1920*	1960	1964	1999
Alemanha/França/Serra Leoa*	*80%	46,5		
França				
Holanda				8,4
Metrópole (Portugal)		51,1	66,7	29
Ultramar		2,4	3,1	
Europa		-	11,7	
América		-	11,0	
Estados Unidos da América*		-	5,6	7,5
Tailândia				8,4
Outros		-	1,9	
Total		100,0	100,0	

O desenvolvimento comercial no interior da Guiné não foi regular. De localidade para localidade as diferenças comerciais eram acentuadas. Por volta de 1880/90, as três principais localidades de comércio, também pela diversidade de produtos comercializados, eram Farim, Geba e Bissau.

No início do século XX, Canchungo, Bafatá, Bissorã e Mansoa passaram a ser importantes centros de comércio.

Em 1914, Bafatá tinha 10 casas de comércio: francesas, alemães e portuguesas. E também aí existiam 20 casas de libaneses, que atraíam parte do comércio de Casamansa.

Em 1917, Cacheu tinha uma casa comercial francesa e duas portuguesas.

A evolução da Balança Comercial entre Portugal e a Guiné-Bissau, na dezena de anos que antecedeu a descolonização e depois da independência da ex-colónia/província não sofreu alterações sensíveis: chegavam mais produtos a Bissau, idos do Continente português, do que vinham de Bissau para Portugal.

Balança Comercial de Portugal com a Guiné-Bissau

Ano	Exportação	Importações	Saldo
1965	259.584	121.162	+138.422
1970	429.574	115.507	+314.067
1973	627.487	99.295	+528.192
1974	524.346	165.565	+273.680
1975	321.909	147.215	+174.694
1976	364.037	146.302	+217.735
1977	403.120	281.512	+121.608

Até 1970 as exportações portuguesas, no conjunto para todas as colónias africanas representavam $\frac{1}{4}$ do total. A partir daquele ano, aproximadamente, aquela percentagem baixou devido a uma nova orientação do comércio português para a CEE e EFTA.

No final dos anos setenta já era pouco significativa a importação de mercadorias da Guiné-Bissau para Portugal²³.

Vista Aérea da Ponte-Cais de Bissau, principal porto de saída e entrada de mercadorias, depois da perda de influência de Bolama



No início de 1979, o Governo tinha como objectivo imediato eliminar o elevado défice orçamental e o das balanças de pagamentos e comercial. As exportações cobriam 50% das importações, o que representava uma evolução positiva face ao que acontecia em 1974, que apenas cobriam 8%.

Naquele ano, os parceiros comerciais da Guiné-Bissau eram Portugal (ocupando o primeiro lugar), Estados socialistas e países africanos e ainda outros países europeus tais como a Bélgica, a Espanha, a Itália e a Suíça.

Em 1999, um dos produtos de grande importância nas exportações era a castanha de caju, tendo atingido cerca de 60.000 toneladas - quantidade muito superior ao ano anterior, que foi ano menos bom, e a 1997, ano em que foram exportadas 45.000 toneladas – utilizando cerca de 28.000 pessoas.

²³ «Economia e Socialismo», revista mensal de Economia Política, n.º 34 / Janeiro de 1979

Nessa altura, a Guiné-Bissau era o sexto país exportador de castanha de caju, sendo a maior parte dos importadores os comerciantes indianos. Mas, face à baixa do preço, o Primeiro-Ministro de então, Francisco Fadul, lançou um alerta aos agricultores, em relação à sua dependência do caju, incentivando-os a praticarem outras culturas. Depois da independência, a primeira exportação de caju teve lugar em 1978, cuja quantidade foi cerca de 200 toneladas.

Também houve um aumento das exportações de pescado, equivalente a mais de um quarto do total das receitas da Balança Comercial e contribuiu para que, no ano de 1979, as exportações terem atingido cerca de quatro milhões de dólares. Os principais compradores de pescado da Guiné-Bissau eram, naquele ano, a Espanha (com 70% do total), a França, o Senegal e Portugal.

O pescado exportado até Setembro de 1979 era todo capturado por uma empresa mista guineense-soviética, que também abastecia o mercado interno da Guiné-Bissau. A partir daquela data, entrou em funcionamento uma empresa mista franco-guineense e, depois, foram concedidas licenças de pesca a outros países, entre eles Portugal.

Em 2004, a par das pescas, a castanha de Caju era um dos principais produtos de exportação, que rondou as 85.000 toneladas. A Índia era um dos grandes importadores deste produto que tinha como preço base de compra ao agricultor 250 francos CFA (0,38 euros) por quilo.